

Revisitando os Grandes Lagos

MAIS DE UMA DÉCADA após aquela que foi denominada “a Primeira Guerra Africana”, pelo número de actores e complexidade dos interesses envolvidos, a República Democrática do Congo continua a ser palco de um conflito a conta-gotas que originou, indirecta ou indirectamente, mais de 3 milhões de mortos desde 1998. O Leste do Congo constitui o exemplo paradigmático da pouca relevância das fronteiras políticas, de confluência de interesses económicos regionais e de fragilidade do Estado face à inexistência de um processo de consolidação da nação congoleza.

O rastilho dos territórios

Kivu Norte e Sul

É nos Kivus que se jogam as principais dinâmicas regionais, a credibilidade da comunidade internacional e muito do que será o futuro e a estabilidade geopolítica dos Grandes Lagos. As ondas de choque do genocídio no Ruanda, em 1994, permanecem relevantes na análise dos grupos armados que operam no Leste do Congo e que se recompõem e redefinem alianças numa base *ad-boc*, desestabilizando a região e tornando muito difícil a implementação de uma estratégia de resposta coerente por parte dos actores estatais.

No final de 2008, após uma década de desentendimentos e acusações mútuas, a reaproximação entre o presidente congolês, Joseph Kabila, e ruandês, Paul Kagamé, resultou num acordo entre os dois líderes e teve impacto no equilíbrio de poderes nos Kivus. Isto marcou uma mudança fundamental na política regional, já que o Ruanda veio apoiar o combate a uma rebelião congoleza que anteriormente tinha sido acusado de fomentar, podendo assim penetrar com o seu exército no Leste do Congo para tentar neutralizar conjuntamente os grupos hutus das Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR) na região. Este acordo envolveu algumas concessões por parte de Kabila, obrigando-o a ceder às exigências políticas do Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP), um grupo originalmente criado para defender os interesses da comunidade tutsi e que no passado o tinha prejudicado consideravelmente com a sua base eleitoral de apoio. A prisão do general Nkunda, líder do CNPD, em 2009, veio impulsionar a integração deste grupo no exército congolês e

permitiu um maior peso da sua agenda política, tal como está reflectido no acordo celebrado entre o governo e alguns grupos armados nos Kivus, de 23 de Março de 2009.

No entanto, o acordo não conseguiu alterar as limitações da abordagem político-militar que tem sido seguida nos últimos anos, a qual não constitui uma solução de longo prazo para os conflitos na região. Vários sectores da FDLR resistem ao desarmamento forçado, formando alianças com as milícias congolezas locais, que recusam a integração no exército nacional. Alguns sectores descontentes do CNDP e outros dissidentes juntam-se também à FDLR ou formam grupos que não estão devidamente enquadrados no processo de paz em curso nem nos planos de reforma do exército. Para além disso, as fraquezas estruturais do exército e das outras forças de segurança abrem caminho ao reagrupamento e ressurgimento recorrente dos grupos rebeldes.

Com cerca de um terço do exército congolês em operações nos Kivus, não há tempo para implementação de várias reformas essenciais no sector da segurança, nem para a sua consolidação. Com efeito, a rápida integração de antigos rebeldes – muitos deles criminosos de guerra – no exército congolês, e o seu envolvimento posterior em operações pouco planeadas e organizadas tem vindo a ter resultados escassos, gerando mesmo situações em que os rebeldes integrados se vêm confrontados

com a necessidade de combaterem os grupos dos quais faziam parte. Alguns militares são integrados mas continuam a dirigir milícias pessoais, enquanto outros são acusados de fornecerem a FDLR e outras milícias. Isto origina situações de grande complexidade, em que efectivos do exército e alguns grupos rebeldes competem ou trabalham em conjunto para a exploração de riquezas económicas na região, para controlo das reservas minerais e do comércio ilícito destas mercadorias. Desde 2009, vários analistas tem alertado para o facto de ser praticamente impossível neutralizar a FDLR sem abordar a questão de quem são os seus apoiantes e da existência de uma rede de crime internacional para exploração das riquezas minerais do Leste do Congo. Se nenhuma das partes tem hipóteses de conseguir uma vitória total em termos militares, os grupos envolvidos possuem os recursos necessários para prolongar o conflito indefinidamente. Noutras partes do território, o exército congolês combate ainda os rebeldes ugandeses do Exército de Resistência do Senhor, que encontram no nordeste do Congo uma base de lançamento das suas operações, aterrorizando as populações nos dois lados da fronteira.

Uma estabilização difícil

Neste contexto altamente militarizado, a violência sexual tornou-se não apenas uma arma de guerra, mas um hábito comum nas operações militares, pelo que a população é duplamente vitimizada pelos ataques esporádicos de vários grupos rebeldes e pelas violações

de direitos humanos perpetradas pelos soldados congolezes. O número de deslocados internos é, em consequência, um dos maiores do mundo, atingindo 1,5 milhões de pessoas apenas no Leste do Congo, segundo dados de Outubro de 2010.

Os problemas são simultaneamente nacionais e regionais. Por um lado, é necessário que as discussões políticas regionais permitam acordar uma visão estratégica para o futuro dos Grandes Lagos, envolvendo questões políticas, militares, económicas, de terras e dos movimentos populacionais.

Por outro lado, as dinâmicas internas nos países que compõem os Grandes Lagos têm tido uma importância significativa no plano regional, nomeadamente no que respeita à forma como é conduzido o debate político e como são geridos alguns programas fundamentais, tais como a Reforma do Sector de Segurança (RSS) ou os processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR).

O fantasma da ideologia genocidiária

Em todos os países da região, os regimes são democráticos, mas as preocupações securitárias prevalecem sobre as liberdades políticas e a realização de eleições ainda representa uma ameaça de escalada da violência. Frequentemente, os resultados eleitorais expressam a opressão ou a desistência prévia dos opositores, como reflectem os mais de 90% de votos à primeira volta das últimas eleições presidenciais, no Ruanda e no Burundi (ambas em 2010). No Ruanda, a necessidade de união interna pós-genocídio resultou não apenas na eliminação da menção étnica em todos os documentos e instituições oficiais, mas também numa maior dificuldade de debate político interno e numa atitude mais repressiva das vozes dissidentes do regime. As restrições à actividade dos órgãos de comunicação social, as detenções arbitrárias, ou a imposição de limitações à oposição política justificam-se, invariavelmente, com a necessidade de neutralizar extremistas e apoiantes dos rebeldes hutus, aliados da ideologia genocidiária, ou elementos fomentadores das divisões étnicas. A liderança do presidente Paul Kagamé, anterior líder da Frente Patriótica Ruandesa que desde o início da década de 1990 procurava uma via para assumir o poder no Ruanda, parece compensar nas urnas e em termos de segurança imediata, mas suscita dúvidas quanto à real reconciliação dos ruandeses e quanto ao futuro da estabili-



Geopolítica dos Grandes Lagos. Fonte: Patrícia Magalhães Ferreira.

PRINCIPAIS GRUPOS ARMADOS NO LESTE DO CONGO

Forças Democráticas para a Libertação do Ruanda (FDLR)

A FDLR foi formada por hutos ruandeses ligados ao genocídio no Ruanda e inclui membros do exército ruandês do período do presidente Habyarimana e das milícias extremistas *Interamwwe*. Após o genocídio, reagruparam-se no Leste do Congo e formaram a FDLR, que se aliou ao presidente congolês Laurent-Desiré Kabila após 1998 para combater a influência do regime ruandês no Leste do Congo. Alguns foram absorvidos pelo exército congolês. O filho de Laurent-Desiré, Joseph Kabila (actual presidente da RDC), permitiu que as tropas ruandesas entrassem no Leste do Congo, em 2009, para perseguirem a FDLR. Este grupo possui ainda um braço armado – FOCA (Forças Combatentes Abacunguzi) que está activa no Kivu Sul.

Milícias Mai-Mai

São essencialmente milícias de defesa formadas numa base *ad-hoc* pelos “senhores da guerra” e líderes locais nos Kivus, frequentemente segundo linhas étnicas, constituídas por grupos relativamente pequenos de jovens armados. Algumas das maiores e mais conhecidas, como os Patriotas da Resistência Congoleza (PARECO) ou a Aliança de Patriotas para um Congo Livre e Soberano (APCLS) juntaram-se ao processo de paz em Março de 2009, mas outros grupos voltaram a assumir posições no Leste do Congo. Muitas destas milícias assumem o nome do seu líder. Alguns fazem alianças com grupos rebeldes como a FDLR.

Congresso Nacional para a Defesa do Povo (CNDP)

Após ameaçar invadir Goma (capital do Kivu Norte) e do seu líder, Laurent Nkunda (um senhor da guerra tutsi), ter sido detido, o CNDP transformou-se num partido político e juntou-se ao processo de paz, embora alguns milhares resistam à integração no exército congolês. O grupo de integrou o exército administra o distrito de Masisi e tem sido acusado de estar envolvido em actividades ilegais, nomeadamente exploração mineira e extorsão.

Forças Patrióticas para a Libertação do Congo (FPLC)

Este grupo está activo no Kivu Norte e é liderado pelo general Gad Ngabo, recrutando os seus membros segundo linhas étnicas e competindo com o CNDP pelo controlo de áreas nessa região. Estima-se que tenha apenas algumas centenas de combatentes.

Frente para a Resistência Patriótica em Ituri / Frente Popular para a Justiça no Congo (FRPI/FPJC)

É um grupo residual mas com algum impacto humanitário. Estão activos a sul de Ituri e combatem as forças governamentais e os efectivos das Nações Unidas. O seu anterior líder, Germain Katanga, está detido para julgamento pelo TPI, com outros líderes de milícias de Ituri, acusados de crimes contra a humanidade.

Exército de Resistência do Senhor (LRA)

Este movimento foi fundado nos anos 1980 por Joseph Kony, para estabelecimento de uma “teocracia fundada no cristianismo” no Uganda. Operavam inicialmente a partir do Sul do Sudão, mas o Acordo de Paz nessa região e a acusação de Kony pelo TPI levaram a que se instalassem no Nordeste do Congo, tendo resistido a todas as ofensivas que já foram desencadeadas pelo exército ugandês e congolês para a sua neutralização. O grupo é conhecido pelos raptos de crianças e pelas mutilações que aterrorizam as populações.

Forças Democráticas Aliadas/Exército Nacional para a Libertação do Uganda (ADF-NALU)

O grupo foi fundado na década de 1990 pelo rebelde ugandês Jamil Mukulu, agregando apoiantes dos antigos regimes de Idi Amin e de Milton Obote no Uganda. Desde meados dessa década que permanecem no Kivu Norte, tendo integrado negociações com o Uganda e a RDC desde 2009. Têm sido noticiadas alianças *ad-hoc* deste grupo com os Mai-Mai, para a realização de ataques esporádicos.

dade política no país. Perante este cenário, os fantasmas da responsabilidade ocidental pelas causas profundas da divisão etnopolítica e pelo falhanço da resposta ao genocídio originaram um apoio externo significativo ao regime ruandês, encarado com exemplo positivo da cooperação internacional para o desenvolvimento. No Burundi, onde o poder está concentrado na maioria hutu – depois de décadas de domínio da elite tutsi após a independência – o equilíbrio político é igualmente frágil, marcado por solidariedades étnicas e pelo impacto do genocídio ruandês. Após dez anos de guerra civil e três de transição política, o Conselho Nacional para a Defesa da Democracia (CNDD-FDD) venceu as eleições em 2005 e o principal grupo rebelde (Forças Nacionais de Libertação – Palipehutu-FNL) transformou-se em partido político em Abril de 2009, tendo início um processo de desmobilização e integração dos combatentes da FNL nas forças de segurança burundesas. No entanto, a luta pelo poder no seio da elite hutu e a fragilidade do processo

democrático ameaçam o processo de consolidação da paz, prejudicado igualmente pela grande pressão demográfica, pelos conflitos de terra e pelo regresso cíclico de refugiados, à semelhança do que acontece no Ruanda. No Burundi, a mediação internacional liderada pela África do Sul estabeleceu uma “Parceria para a Paz”, que inclui as Nações Unidas, a União Africana, o Uganda e a Tanzânia, procurando apoiar o processo de paz e a integração civil e militar das FNL. As falhas deste processo poderão ter repercussões negativas no futuro, já que muitos combatentes das FNL não foram reconhecidos como tal, estando excluídos de qualquer compensação ou assistência. No Congo, a MONUC – renomeada Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização na RDC (MONUSCO) a partir de Julho de 2010 –, apesar de estar presente há mais de uma década no território congolês e de ter sido a maior operação de paz no mundo, tem tido grande dificuldade em encontrar formas de actuação que sejam simultaneamente ef-

cazes na protecção da população civil e na prossecução dos objectivos militares. Em primeiro lugar, as operações conduzidas, desde meados de 2009, pelas forças armadas congolêsas (FARDC) com o apoio da missão das Nações Unidas têm tido resultados limitados na neutralização das capacidades operacionais das FDLR, permitindo o seu reagrupamento posterior e novos recrutamentos nas comunidades locais. Em segundo lugar, não existe uma capacidade de resposta às graves violações de direitos humanos cometidas pelos grupos armados e pelos elementos da segurança nacional. Isto originou não só críticas à Missão mas também perda de credibilidade pelas acusações de reforço da cultura de impunidade e de cumplicidade na perpetração dos ataques a civis (dado as missões conjuntas com as FARDC). Por último, a missão não apresenta uma capacidade adequada de resposta, o que deriva de uma confluência de factores relacionados com a dimensão do território, a evolução errática da situação

no terreno – com a redefinição constante de alianças entre as FDLR, as milícias Mai-Mai e outros elementos de grupos armados congolêsos e dos países vizinhos – e o mandato da própria missão (centrada na *peacekeeping*). O Governo congolês pretende a retirada das forças das Nações Unidas em meados de 2011, por altura das eleições gerais, pelo que se impõe uma reconfiguração e uma revisão fundamental do papel que as Nações Unidas e outros actores internacionais têm desempenhado face às dinâmicas locais e regionais.

“
O processo de paz regional está [...] estreitamente ligado com o tem sido a evolução do Estado congolês e com a necessidade de criar e reforçar instituições, centrais e locais [...]

”

A fraqueza das instituições do poder central no Leste do Congo e a instabilidade política ao nível local – frequentemente com divergências entre o poder legislativo e executivo – favorecem as tensões entre comunidades e etnias, as quais são exacerbadas, quer por conflitos de terras, quer pelos vários fluxos de deslocados internos e desalojados ao longo das últimas duas décadas. O processo de paz regional está, assim, estreitamente ligado com o tem sido a evolução do Estado congolês e com a necessidade de criar e reforçar instituições, centrais e locais, para a promoção da reconciliação entre comunidades, a gestão de conflitos, as questões da representação política das minorias étnicas, ou a capacidade de responder às necessidades das populações.

Apesar do processo de paz formalmente em curso, os dissidentes do Uganda, do Ruanda e do Burundi continuam (e continuarão) a recrutar apoiantes no Leste do Congo e a criar coligações armadas transfronteiriças, aproveitando a fraca soberania do Estado congolês na região, a diversidade e baixo grau de integração do exército e as tensões étnicas locais para prossecução dos seus interesses económicos e políticos. Estes problemas ainda não contam com uma resposta coordenada, estratégica e eficaz por parte da comunidade internacional, que possa equacionar em simultâneo as causas e os sintomas da instabilidade na região dos Grande Lagos. ■